

— QUESTÃO 15 —

O Delegado de Polícia que transfere ao escrivão a responsabilidade de elaborar relatório do inquérito e não faz as devidas inquirições pratica transgressão disciplinar de natureza

- (A) leve.
- (B) média.
- (C) grave.
- (D) gravíssima.

— QUESTÃO 16 —

A Comissão Permanente de Processo Disciplinar pode ser instituída pelo

- (A) Governador do Estado.
- (B) Vice-Governador do Estado.
- (C) Secretário de Estado da Administração.
- (D) Secretário de Estado da Segurança Pública.

— QUESTÃO 17 —

O retorno à atividade de policial civil aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria é classificado como

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) reintegração.
- (D) recondução.

— QUESTÃO 18 —

Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por

- (A) sessenta dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.
- (B) trinta dias, intercaladamente, durante o período de seis meses.
- (C) quinze dias, intercaladamente, durante o período de três meses.
- (D) dez dias, intercaladamente, durante o período de dois meses.

— QUESTÃO 19 —

O dia dedicado ao policial civil é

- (A) 1º de janeiro.
- (B) 21 de abril.
- (C) 07 de setembro.
- (D) 15 de novembro.

— QUESTÃO 20 —

É assegurada aos alunos matriculados no curso de formação ministrado pela Academia Estadual de Segurança Pública do estado do Tocantins uma ajuda de custo relativa ao subsídio da classe inicial do cargo para o qual foram aprovados em concurso público, numa equivalência de

- (A) trinta por cento.
- (B) quarenta por cento.
- (C) cinquenta por cento.
- (D) sessenta por cento.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 21 —

Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente que voluntariamente repara o dano, depois do recebimento da denúncia ou da queixa, mas antes do julgamento,

- (A) ficará com sua pena inalterada.
- (B) terá a pena reduzida de um a dois terços.
- (C) terá a pena atenuada.
- (D) ficará isento de pena.

— QUESTÃO 22 —

A. N. foi condenado a uma pena de três anos de reclusão pelo crime de furto qualificado. Tal pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade. Na hipótese, o Código Penal faculta a A. N. cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a

- (A) dois anos e seis meses.
- (B) dois anos.
- (C) um ano e seis meses.
- (D) um ano.

— QUESTÃO 23 —

A pena de multa consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Essa pena deve ser paga ao

- (A) Fundo Penitenciário, sendo, no mínimo, de dez e, no máximo, de trezentos e sessenta dias-multa.
- (B) Conselho Penitenciário, sendo, no mínimo, de trinta e, no máximo, de trezentos e sessenta e cinco dias-multa.
- (C) Conselho da Comunidade, sendo, no mínimo, de cinquenta e, no máximo, de quinhentos dias-multa.
- (D) Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo, no mínimo, de vinte e, no máximo, de duzentos dias-multa.

— QUESTÃO 24 —

Nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo constitui efeito da condenação, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a

- (A) seis meses.
- (B) um ano.
- (C) dois meses.
- (D) três anos.

— QUESTÃO 25 —

Extingue-se a punibilidade pela retratação do agente, no caso de

- (A) injúria real.
- (B) denunciação caluniosa.
- (C) autoacusação falsa.
- (D) falso testemunho.

— QUESTÃO 26 —

É crime contra o patrimônio, em que somente se procede mediante representação,

- (A) o furto de coisa comum.
- (B) a alteração de limites.
- (C) o dano simples.
- (D) a fraude à execução.

— QUESTÃO 27 —

Correrão em segredo de justiça os processos em que se apurarem crimes de

- (A) ultraje a culto.
- (B) rufianismo.
- (C) vilipêndio.
- (D) aliciamento para o fim de emigração.

— QUESTÃO 28 —

É de ação penal de iniciativa privada personalíssima do ofendido, o crime de

- (A) conhecimento prévio de impedimento.
- (B) simulação de autoridade para celebração de casamento.
- (C) simulação de casamento.
- (D) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.

— QUESTÃO 29 —

A falsificação de cartão de crédito ou de débito da Caixa Econômica Federal configura o crime de

- (A) falsificação de papéis públicos.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsificação de documento particular.
- (D) falsidade ideológica.

— QUESTÃO 30 —

K. S., funcionário público, solicita, para si, indiretamente, uma determinada quantia em dinheiro de M. F., para não multá-lo. Sabendo-se que M. F. não pagou a propina para K. S., este deve responder por crime de

- (A) corrupção passiva, na forma consumada.
- (B) prevaricação, na forma tentada.
- (C) corrupção ativa, na forma tentada.
- (D) concussão, na forma consumada.

— QUESTÃO 31 —

Os autos de inquérito policial que apuram crimes de ação penal pública poderão ser arquivados

- (A) pela autoridade policial, em virtude de requisição do Secretário de Segurança Pública.
- (B) pelo juiz de direito, em virtude de requerimento do órgão do Ministério Público.
- (C) pelo escrivão, em virtude de determinação do chefe de polícia.
- (D) pela Corregedoria de Polícia, em virtude de representação do ofendido.

— QUESTÃO 32 —

Nos termos do Código de Processo Penal, o prazo para o oferecimento da denúncia pelo representante do Ministério Público, estando o acusado preso ou solto, será, respectivamente, de

- (A) cinco e quinze dias.
- (B) dez e vinte dias.
- (C) vinte e trinta dias.
- (D) trinta e sessenta dias.

— QUESTÃO 33 —

Os irmãos A. R., B. R. e C. R., residentes e domiciliados em Palmas, praticam um roubo em Palmas, três furtos em Porto Nacional, um latrocínio em Miracema do Tocantins e mais dois furtos em Miranorte, onde, finalmente, são presos. Na hipótese, a competência será determinada pela

- (A) residência dos acusados, prevalecendo a competência de Palmas.
- (B) continência, prevalecendo a competência de Porto Nacional.
- (C) conexão, prevalecendo a competência de Miracema do Tocantins.
- (D) prevenção, prevalecendo a competência de Miranorte.

— QUESTÃO 34 —

Suponha que o Delegado de Polícia seja amigo íntimo ou inimigo capital do investigado no inquérito policial. Neste caso, por se tratar de motivo legal, dispõe o Código de Processo Penal que a autoridade policial deverá declarar-se

- (A) absolutamente incompetente.
- (B) relativamente incompetente.
- (C) impedida.
- (D) suspeita.

— QUESTÃO 35 —

Uma vez arroladas como testemunhas, o Código de Processo Penal determina que serão inquiridas em local, dia e hora, previamente ajustados entre elas e o juiz, as seguintes autoridades, entre outras:

- (A) Delegados de polícia.
- (B) Vereadores de Capitais.
- (C) Secretários de Estado.
- (D) Membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.

— QUESTÃO 36 —

Caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado, entre outros crimes, em

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) redução a condição análoga à de escravo.
- (C) tráfico internacional de pessoa para exploração sexual.
- (D) crimes contra o sistema financeiro.

— QUESTÃO 37 —

Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, e também

- (A) reduzida até o máximo de um terço ou aumentada em até cem vezes.
- (B) reduzida até o máximo de dois terços ou aumentada em até mil vezes.
- (C) reduzida até o máximo de metade ou aumentada em até dez vezes.
- (D) reduzida até o máximo de três quintos ou aumentada em até cinquenta vezes.

— QUESTÃO 38 —

A fiança ficará sem efeito e o acusado será recolhido à prisão, quando ele

- (A) deixar de reforçar a fiança, nas hipóteses legais.
- (B) descumprir cautelar imposta cumulativamente.
- (C) resistir injustificadamente à ordem judicial.
- (D) praticar nova infração penal dolosa.

— QUESTÃO 39 —

Entende-se que a prisão preventiva possui caráter *rebus sic stantibus* porque o juiz

- (A) poderá revogá-la se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- (B) deverá sempre motivar a decisão que decretar, substituir ou denegar esta modalidade de prisão cautelar.
- (C) poderá decretá-la de ofício exclusivamente no curso da ação penal, sendo proibido esse tipo de decretação na fase da investigação policial.
- (D) poderá decretá-la quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

— QUESTÃO 40 —

Nos termos da Lei n. 9.099/1995, as partes serão intimadas da data da sessão de julgamento da apelação na Turma Recursal

- (A) por mandado.
- (B) por qualquer meio hábil de comunicação.
- (C) pela correspondência com aviso de recebimento.
- (D) pela imprensa.

— QUESTÃO 41 —

Dispõe a Constituição Federal, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, que a prisão ilegal será imediatamente

- (A) revogada pela autoridade policial competente.
- (B) substituída por fiança.
- (C) relaxada pela autoridade judiciária.
- (D) substituída por monitoração eletrônica.

— QUESTÃO 42 —

No caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, o condenado terá seus direitos políticos

- (A) mantidos.
- (B) cassados.
- (C) perdidos.
- (D) suspensos.

— QUESTÃO 43 —

M. T. foi condenado, em primeira instância, pela prática de crime político. Contra a referida sentença condenatória é cabível

- (A) recurso em sentido estrito para o Tribunal de Justiça.
- (B) apelação para o Tribunal Regional Federal.
- (C) recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- (D) recurso inominado para o Superior Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 44 —

Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, o

- (A) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (B) Presidente do Senado Federal.
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) Presidente de Assembleia Legislativa.

— QUESTÃO 45 —

O processo e julgamento da execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, é de competência

- (A) dos Tribunais Regionais Federais.
- (B) dos juízes federais.
- (C) do Supremo Tribunal Federal.
- (D) do Superior Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 46 —

Ocorre a chamada descentralização por outorga quando o Estado

- (A) cria uma entidade, uma pessoa jurídica, e a ela transfere determinado serviço público.
- (B) utiliza contrato ou ato unilateral para transferir a execução de serviço público.
- (C) cria um novo órgão na sua estrutura interna para gerir determinado serviço público.
- (D) delega a prestação de serviço público a determinada pessoa física mediante carta de credenciamento.

— QUESTÃO 47 —

Determinado Delegado de Polícia, no intuito de fazer promoção pessoal com pretensões políticas, convoca a imprensa para comunicar a prisão de marginal procurado, ressaltando as próprias qualidades profissionais e que o êxito da operação decorre de mérito seu (da autoridade). A situação descrita revela flagrante ofensa ao princípio da

- (A) moralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) razoabilidade.
- (D) publicidade.

— QUESTÃO 48 —

O Delegado que é chefe de determinada Delegacia Regional de Polícia, por desavença pessoal com determinado Agente de Polícia, determina sua remoção para outra unidade e imediatamente convoca outro policial da sua preferência. O ato administrativo de remoção é

- (A) válido, porque previsto genericamente na lei para atender a carência de pessoal em algum órgão.
- (B) anulável, pois depende da anuência do removido.
- (C) nulo, por desvio de finalidade.
- (D) meramente irregular, podendo ser convalidado pelo Delegado-Geral de Polícia Civil.

— QUESTÃO 49 —

Em uma situação hipotética, determinado Delegado de Polícia, sem observar as formalidades legais, autuou em flagrante cidadão conduzido pela Polícia Militar, o que acarretou o relaxamento da prisão por ordem judicial três dias depois. Essa situação configura um caso de responsabilidade

- (A) subsidiária do Estado.
- (B) subjetiva do Estado.
- (C) exclusiva do Delegado.
- (D) objetiva do Estado.

— QUESTÃO 50 —

O controle exercido pelo Ministério Público sobre a polícia é do tipo:

- (A) hierárquico.
- (B) interno.
- (C) finalístico.
- (D) externo.

— QUESTÃO 51 —

No que se refere à posição do Supremo Tribunal Federal acerca da interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

- (A) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de reconhecer que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura, de modo irrestrito, ao condenado, o direito de sempre recorrer em liberdade.
- (B) o Pacto de São José da Costa Rica deixou de prever a possibilidade de cada sistema jurídico nacional instituir os casos em que se legitimará, ou não, a privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu ou do condenado.
- (C) o Pacto de São José da Costa Rica admite a possibilidade de cada sistema jurídico nacional instituir os casos em que se legitimará, ou não, a privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu ou do condenado.
- (D) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de reconhecer a possibilidade de execução provisória da pena, considerando ser esse o entendimento que melhor se amolda à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

— QUESTÃO 52 —

Acerca da posição hierárquica das normas internacionais em geral e dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico interno, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal,

- (A) o Poder Judiciário, fundado na supremacia da Constituição da República, dispõe de competência para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou das convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno.
- (B) no sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão livres de serem hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República, e, em consequência, nenhum efeito jurídico terão os tratados internacionais que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, transgredirem, formal ou materialmente, o texto da Carta Política.
- (C) a capacidade para firmar acordos internacionais pelo Estado brasileiro, conforme já pacificado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está sujeita à necessária observância das limitações jurídicas impostas pelo texto da Constituição de 1988, tendo em vista o princípio da supremacia constitucional.
- (D) no sistema jurídico brasileiro, os atos internacionais são livres de primazia hierárquica sobre as normas de direito interno, e os tratados ou as convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis complementares.

— QUESTÃO 53 —

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é, ao lado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o órgão competente para conhecer assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados de direitos humanos que afetem os Estados Americanos, signatários ou não da Convenção Americana. De acordo com a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua função consultiva,

- (A) a competência consultiva da Corte pode ser exercida, em geral, sobre toda disposição concernente à proteção dos direitos humanos de qualquer tratado internacional aplicável nos Estados americanos, dependendo de qual seja o objetivo principal e excetuados os Estados alheios ao sistema interamericano.
- (B) a competência consultiva da Corte pode ser exercida, em geral, sobre toda disposição concernente à proteção dos direitos humanos de qualquer tratado internacional aplicável nos Estados americanos, independentemente de que seja bilateral ou multilateral.
- (C) o cumprimento por parte de agentes ou funcionários do Estado de uma lei manifestamente violadora da Convenção gera responsabilidade internacional para tal Estado, exceto se observada a regularidade no processo legislativo para elaboração da lei, de acordo com as normas vigentes em cada Estado.
- (D) o ato de cumprimento por parte de agentes ou funcionários do Estado de uma lei manifestamente violadora da Convenção constitui crime internacional e gera responsabilidade internacional para tal Estado, deixando de se falar em responsabilidade internacional dos agentes ou funcionários que executaram o ato.

— QUESTÃO 54 —

Um tratado de direitos humanos, para passar de documento declarativo a instrumento de real efetividade, precisa gerar instituições que garantam a sua eficácia no plano prático. O sistema interamericano avaliou essa necessidade e criou a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Acerca da jurisdição contenciosa da Corte,

- (A) qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida, desde que em mais de um dos Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-parte.
- (B) todo Estado-parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação da Convenção, ou de adesão a ela, sendo proibido em momento posterior declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-parte alegue haver outro Estado-parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos na Convenção.
- (C) o quórum para as deliberações da Corte é constituído por sete juízes.
- (D) o direito de submeter um caso à decisão da Corte é exclusivo dos Estados-partes e da Comissão.

— QUESTÃO 55 —

A respeito dos órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas,

- (A) a Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia (Holanda), é o principal órgão judiciário das Nações Unidas.
- (B) a criação foi cercada de grande expectativa, em especial quanto à sua atuação no campo da promoção e defesa dos direitos humanos, em vista dos vários espetáculos de violação de direitos humanos proporcionados pela Segunda Guerra Mundial.
- (C) as chamadas "cláusulas de compatibilização" dos dispositivos convencionais (internacionais) e de direito interno deixaram de ser utilizadas, tendo em visto o caráter subsidiário da jurisdição internacional.
- (D) o Conselho de Segurança é o órgão da ONU formado por 17 membros, sendo cinco permanentes, que possuem o direito a veto, e doze membros não permanentes, sem direito a veto, eleitos pela Assembleia Geral por quatro anos.

— QUESTÃO 56 —

A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional, somente devendo ser decretada em situações de absoluta necessidade, como quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse sentido, acerca da prisão temporária, nos termos da Lei n. 7.960/1989,

- (A) será decidida pelo juiz, na hipótese de representação da autoridade policial, em vinte quatro horas, sendo prescindível, nesse caso, o parecer do Ministério Público.
- (B) será cabível quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em qualquer tipo de crime de homicídio.
- (C) será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial, e terá o prazo improrrogável de cinco dias.
- (D) poderá o juiz, de ofício, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

— QUESTÃO 57 —

Conforme o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Acerca das interceptações de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, conforme disciplina a Lei n. 9.296/1996,

- (A) a interceptação da comunicação telefônica, de informática ou telemática, poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, pelo representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
- (B) a interceptação de comunicações telefônicas será admitida, mesmo quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida com detenção, devendo ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação dos investigados.
- (C) o pedido de interceptação deve ser feito na forma escrita, sendo que o juiz inadmitirá qualquer pedido formulado verbalmente, ainda que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.
- (D) a realização de interceptação de comunicações telefônicas, ou a quebra de sigilo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, constitui crime punido com detenção.

— QUESTÃO 58 —

A Lei n. 11.343/2006 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Considerando os dispositivos dessa lei,

- (A) a autoridade de polícia judiciária, ocorrendo prisão em flagrante, fará, imediatamente, comunicação ao Ministério Público, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao juiz competente em 24 (vinte e quatro) horas.
- (B) o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto, podendo os prazos serem duplicados, conforme os critérios de oportunidade e conveniência da autoridade de polícia judiciária.
- (C) o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.
- (D) a conduta de adquirir drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não está sujeita à prisão em flagrante, devendo o autor do fato, nesse caso, ser imediatamente encaminhado ao juízo competente, lavrando-se termo circunstanciado.

— QUESTÃO 59 —

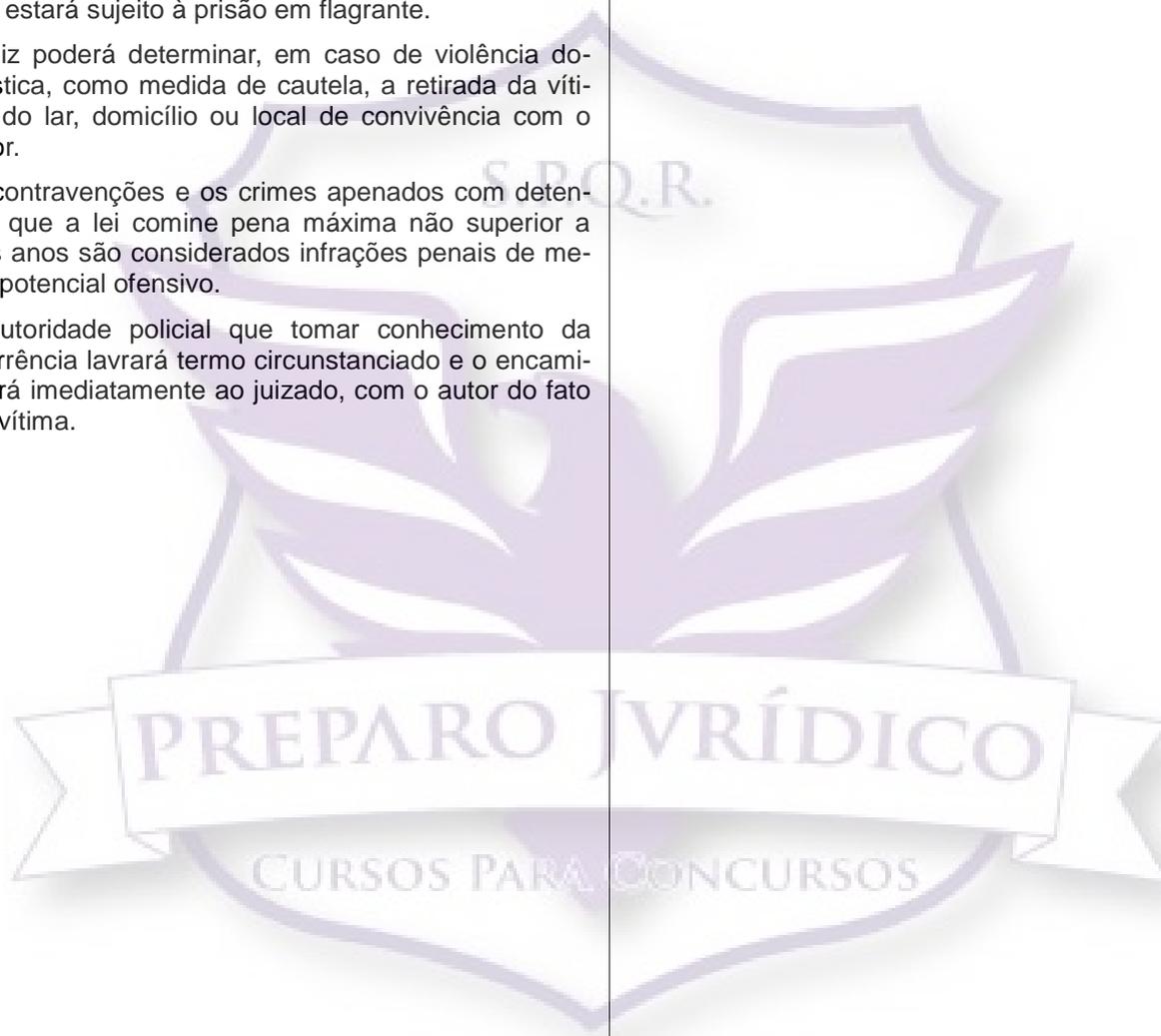
Sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, em conformidade com a Lei n. 10.826/2003, deve-se considerar o seguinte:

- (A) o Certificado de Registro de Arma de Fogo autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo no interior de sua residência, ou no seu local de trabalho, desde que ele seja empregado devidamente registrado em contrato de trabalho na empresa.
- (B) os policiais civis têm o direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional.
- (C) o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido constitui-se pelo fato de o agente manter arma de fogo, de uso permitido, no seu local de trabalho, não sendo empregado devidamente registrado em contrato de trabalho na empresa.
- (D) o autor, no crime de comércio ilegal de arma de fogo, utiliza, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, arma de fogo, sem autorização, estando sujeito à pena de detenção.

— QUESTÃO 60 —

Os Juizados Especiais Criminais são órgãos da Justiça Ordinária, criados pela União, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência, com seus processos orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Nesse sentido, no tocante aos Juizados Especiais Criminais, consoante a Lei n. 9.099/1995,

- (A) o autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, mediante fiança, não estará sujeito à prisão em flagrante.
- (B) o juiz poderá determinar, em caso de violência doméstica, como medida de cautela, a retirada da vítima do lar, domicílio ou local de convivência com o autor.
- (C) as contravenções e os crimes apenados com detenção que a lei comine pena máxima não superior a dois anos são considerados infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (D) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima.

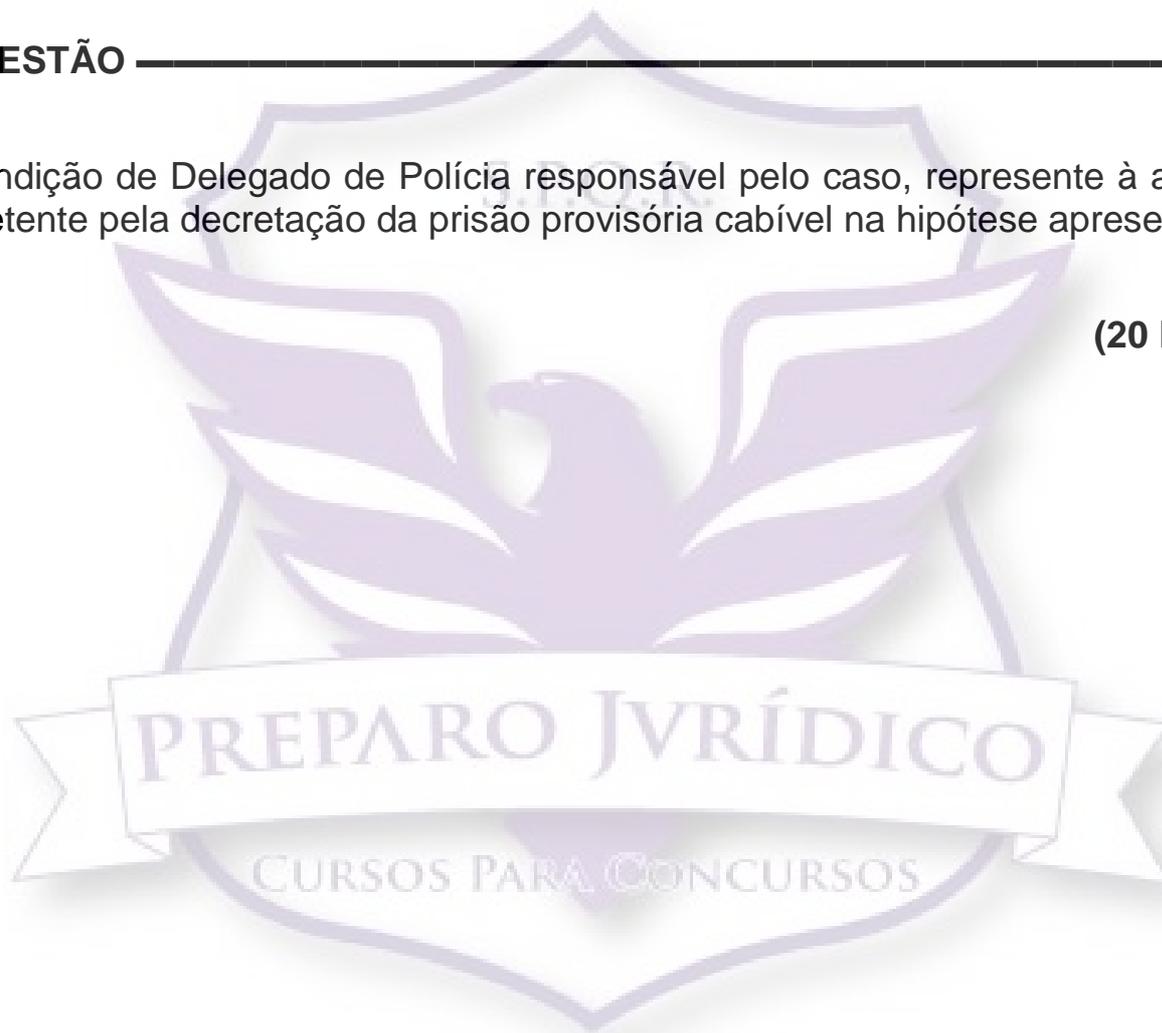


PROVA DISCURSIVA – ELABORAÇÃO DE PEÇA TÉCNICO-PROFISSIONAL

J. C., primário e de bons antecedentes, responde, em liberdade, a inquérito policial por suposta prática do crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque (art. 171, §2.º, VI, Código Penal), contra a vítima I. A. O cheque, devolvido por ausência de fundos, encontra-se juntado aos autos do inquérito. Chegou ao conhecimento da autoridade policial, todavia, pelos depoimentos da vítima e das testemunhas A. V. e P. A., que J. C. estaria rondando o bairro em que se deram os fatos, em atitude claramente ameaçadora.

— QUESTÃO —

Na condição de Delegado de Polícia responsável pelo caso, represente à autoridade competente pela decretação da prisão provisória cabível na hipótese apresentada.

(20 PONTOS)

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40



RASCUNHO

41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80

